

LEGISLATIVO

Deputados Aqui abre calendário da Alego e acende alerta em ano eleitoral



Will Rosa

Com quatro edições em janeiro, programa leva serviços a municípios goianos antes do retorno das sessões.

Página 7

RANKING

Estado que mais investe em educação no país, Goiás entrega kits escolares e obras em escolas para 2026

Desde 2019, o Governo Estadual aplicou mais de R\$ 2 bilhões na infraestrutura educacional. **Página 7**



Secom

TP

Aava redesenha a oposição em Goiás

Divulgação



A filiação da vereadora Aava Santiago ao PSB construiu cenários novos para a eleição de 2026. Um deles incluiu o governador Marconi Perillo (PSDB).

Página 3

ENTREVISTA

ELIAS VAZ

(PSB)

Elias Vaz diz que candidatura de José Eliton não está em debate no PSB

O partido só lançará candidaturas majoritárias onde houver viabilidade eleitoral e José Eliton não tem, na avaliação do ex-deputado federal. Ele defende o apoio a Daniel Vilela (MDB), e afasta qualquer possibilidade de aliança com o PL.

Páginas 4, 5

ESCOLA

Lei inclui educação infantil no magistério e garante piso nacional a docentes



Divulgação

Norma reconhece professores de creches e pré-escolas como parte da carreira do magistério. **Página 12**

ANÁPOLIS

Lei João Victor vira alvo de ação judicial e acende debate sobre segurança urbana



Divulgação

Três meses após ser sancionada, norma criada depois da morte de uma criança é questionada pela Abradee.

Página 10

CÂMARA MUNICIPAL

Judicialização virou “botão do pânico”
Vereadora afirma que acordos prévios entre Executivo e base governista esvaziam o debate político.

Página 9

ELEIÇÕES 2026

TSE deve mirar fraudes na cota de gênero
Resoluções serão atualizadas pela Corte; advogado eleitoralista aposta em mais rigor neste ano.

Página 6

EDITORIAL

8 de janeiro: para não esquecer

Três anos após o 8 de janeiro de 2023, o Brasil não pode ceder à tentação do esquecimento. A tentativa de golpe que vandalizou as sedes dos Três Poderes não foi um episódio isolado nem um arroubo de descontentamento popular. Foi uma ação organizada, com mentores, financiadores e executores, cujo objetivo era claro: romper a ordem democrática e impedir a alternância legítima de poder.

Os números divulgados pelo Supremo Tribunal Federal são eloquentes. Mais de 1,3 mil condenações, penas severas para os crimes mais graves, responsabilização de militares, agentes públicos e do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado como líder do núcleo central da trama golpista. Trata-se de um marco histórico. Pela primeira vez, a democracia brasileira reagiu com firmeza institucional a quem tentou destruí-la por dentro.

Nesse contexto, o veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao chamado PL da Dosimetria deve ser compreendido como um gesto de coerência democrática. O projeto, aprovado pelo Congresso, não “corrige excessos”, como alegam seus defensores. Ele relativiza crimes gravíssimos ao impedir a soma de penas para golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, além de facilitar a progressão de regime. Na prática, suaviza punições exemplares aplicadas após amplo direito de defesa e julgamento transparente.

Mais grave ainda: a abrangência da norma. Ao alterar regras gerais de dosimetria e progressão de pena, abre caminho para beneficiar líderes de facções, integrantes do crime organizado e criminosos violentos, com impacto direto na segurança pública. É um retrocesso que ultrapassa o debate político e atinge o interesse coletivo.

Como lembrou Lula, a democracia não é uma conquista definitiva. Ela exige vigilância permanente. Preservar a memória do golpe fracassado e manter a integridade das decisões judiciais não é revanchismo, é compromisso com o futuro. O Brasil não pode normalizar quem atentou contra suas instituições nem enfraquecer os instrumentos que garantem que isso não volte a acontecer.

ARTIGO

Quando o turnover provocativo deve ser considerado?

Nem toda demissão é um fracasso. Algumas são correção de rota. Acompanhei de perto um caso que ilustra bem essa provocação: uma empresa contratou um diretor comercial com currículo sólido e histórico de entregas. O que ela não sabia é que ele carregava um conflito pessoal que já o consumia há tempos. Com um ano de casa, a empresa descobriu e decidiu apostar na recuperação.

Foram dez meses de tentativas. Planos de ação, conversas difíceis, suporte. Mesmo assim, os

números não reagiam. E o estrago foi além das metas: a rotatividade do time de vendas subiu 25%. Um líder em crise arrastou consigo uma equipe inteira.

Aos onze meses, a empresa tomou a decisão de buscar um novo diretor no mercado. Tarde? Talvez. Mas necessário. E onde estava o erro? Na contratação. Mas a pergunta que realmente importa é outra: sua empresa estaria disposta a pagar esse preço? Vendas caindo mês a mês, time comercial desmoronando, cultura se corroendo,

tudo para tentar recuperar alguém que já não sustenta a entrega necessária.

Existe um momento em que insistir deixa de ser comprometimento e vira negligência com quem fica. Há sinais que indicam quando o ciclo precisa ser encerrado: performance abaixo do esperado por tempo prolongado, padrão de excelência da empresa em risco, clima da equipe contaminado por conflitos recorrentes, resistência sistemática a feedbacks, desconexão visível com os valores

precisarão conciliar competitividade, sustentabilidade e adaptação regulatória.

Para a América do Sul — e, em especial, para o Brasil — o acordo representa uma oportunidade relevante de ampliar o acesso ao mercado europeu, sobretudo para produtos do agronegócio e bens de origem primária. Não por acaso, o setor agroexportador brasileiro acompanha o tratado com grande expectativa. Em contrapartida, a União Europeia tende a expandir suas exportações de produtos industrializados e de maior valor agregado para o subcontinente sul-americano, reforçando sua presença em segmentos industriais estratégicos.

Esse movimento, contudo, não está isento de riscos. É preciso reconhecer que a abertura comercial pode gerar distorções e aprofundar assimetrias em setores sensíveis de ambos os blocos. As resistências enfrentadas ao longo do processo, especialmente por parte de produtores agrícolas europeus — com destaque para a França —, evidenciam o receio de impactos sobre a produção doméstica e a renda rural.

A própria arquitetura do acordo reflete essas preocupações. A liberalização ocorrerá de forma escalonada, com prazos que podem chegar a 15 anos para a plena integração. Esse período de transição busca mitigar choques econômicos, permitindo que setores mais vulneráveis se ajustem gradualmente à maior concorrência internacional.

ARTIGO

Acordo União Europeia–Mercosul: avanço estratégico em um mundo mais protecionista

A assinatura do acordo de livre-comércio entre a União Europeia e o Mercosul marca um momento histórico nas relações econômicas internacionais. Após quase 30 anos de negociações, o tratado finalmente sai do campo das intenções para se tornar um instrumento concreto de integração comercial entre dois grandes blocos, em um contexto global cada vez mais marcado por políticas unilaterais, disputas geopolíticas e tendências protecionistas.

Do ponto de vista econômico, trata-se de um acordo de grande envergadura. União Europeia e Mercosul somam mais de 700 milhões de consumidores e uma produção estimada em mais de US\$ 22 trilhões. A redução gradual de tarifas e a eliminação de barreiras comerciais têm potencial para ampliar significativamente os fluxos de comércio e investimento entre as regiões, fortalecendo cadeias produtivas e criando novas oportunidades para empresas de ambos os lados do Atlântico.

Um dos aspectos mais relevantes do acordo é a incorporação de temas que vão além da liberalização comercial tradicional. A inclusão de compromissos relacionados à agenda ambiental, compras públicas e a previsibilidade regulatória em cadeias produtivas estratégicas reflete uma mudança de paradigma nos acordos internacionais, especialmente sob a ótica europeia. Ao mesmo tempo, esse enfoque impõe desafios adicionais aos países do Mercosul, que

Se bem implementado, o acordo União Europeia–Mercosul pode se tornar um vetor importante de crescimento econômico, aumento da competitividade e integração do Brasil às cadeias globais de valor. No entanto, seus benefícios não serão automáticos. Eles dependerão da capacidade dos países do Mercosul de formular políticas públicas consistentes, investir em inovação, infraestrutura e sustentabilidade, além de preparar seus setores produtivos para competir em um ambiente mais aberto e exigente.

Mais do que um simples tratado comercial, o acordo representa uma escolha estratégica. Em um mundo fragmentado, optar pela cooperação e pela integração pode ser um diferencial competitivo. O desafio, agora, é transformar essa oportunidade em desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável.



Gustavo Menon é especialista em Relações Internacionais e Direito Internacional e atua como coordenador do curso de mestrado em Estudos Jurídicos da American Global Tech University (AGTU). Site: www.agtu.us/pt.



Iraci Bohrer é autora do livro O jogo invisível das decisões, mentora, empresária, palestrante internacional e criadora do método exclusivo Leitura do Invisível



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Tribuna Política

Andreia Bahia
abahiagn@gmail.com

Sobre o PSDB

A filiação ao PSB é fruto do entendimento de que Aava já havia cumprido um ciclo virtuoso no PSDB. “Sou do PSDB, fui do PSDB desde os meus 16 anos, construí políticas públicas que transformaram a vida de milhares de pessoas a partir do PSDB, como por exemplo o Passe Livre Estudantil, um programa criado pelo governador Marconi Perillo, do qual eu fui uma das coordenadoras e aprendi muito sobre ferramentas práticas de redução das desigualdades me inspirando especialmente no trabalho do Marconi como governador aqui em Goiás”.

Em Brasília

Caso seja eleita, Aava acredita que irá lidar com outro PSDB, o nacional, “que é muito diferente do PSDB de Goiás sob a liderança de Marconi Perillo”. Para atuar no cenário nacional, a vereadora entende que o PSB faz mais sentido por causa da proximidade que ela tem com o presidente Lula e das defesas das teses do Brasil nesse momento. “Conversei com muita tranquilidade com o presidente Marconi e também com o presidente João Campos. E nessa troca com eles, conversando com um, conversando com o outro, a gente chegou a esse resultado exitoso, sem ruídos, de filiação ao PSB.”

No PT, nunca

Aava Santiago afirma que nunca cogitou se filiar ao PT, mas que conversou com interlocutores do presidente Lula sobre sua filiação no PSB. “O presidente tem um pensamento mais global das coisas. Ele nunca falou comigo sobre partido nenhuma vez em que estivemos juntos. Agora, interlocutores diretos dele, do Palácio do Planalto, sim, a gente vinha falando sobre isso.”

A presidência do partido

Não era uma condição imperativa de Aava Santiago assumir a presidência para se filiar ao PSB. Foi mais o entendimento do partido do que necessariamente da vereadora. “A minha condição era de que eu tivesse total autonomia sobre o processo de montagem de chapas, algo que eu, como candidata, não tenho como abrir mão, até porque a gente tem experiências muito traumáticas de perda de mandato por problemas na montagem de chapa.” A presidência veio em razão da sintonia que surgiu entre Aava, João Campos e Tabata Amaral. “Considerando o que eles pensam para o partido nos próximos anos em nível nacional, eles entenderam que o meu nome era uma peça chave, uma peça estratégica para Goiás, para o cenário nacional. Por isso que a construção aconteceu dessa forma.”

Aava redesenha a oposição em Goiás

Senado



A filiação da vereadora Aava Santiago ao PSB construiu cenários novos para a eleição de 2026. Um deles incluiu o governador Marconi Perillo (PSDB). Em entrevista à Tribuna, a vereadora disse que a ida dela para o PSB amplia os horizontes de Marconi para a disputa do governo de Goiás. “Ele tem em mim uma aliada de primeira hora e sempre leal em outra sigla, o que dá mais possibilidade de agregar que na sigla que já estamos e que já está consolidada com ele.” Ela disse que avisou a João Campos, presidente do PSB, que não mudaria de partido se não pudesse estar com o Marconi

na campanha dele. Aava também abre uma divergência interna na legenda. O ex-presidente do PSB, Elias Vaz, disse à Tribuna que não há nenhuma conversa com José Eliton em andamento para que ele possa vir para a legenda disputar o governo com o apoio do PT. Todavia, o primeiro ato de Aava como presidente do PSB foi se reunir com o ex-governador e convidá-lo a retornar ao partido. A movimentação de Aava, no mínimo, cria uma nova perspectiva para o campo da oposição em Goiás, e a vereadora ganha um protagonismo enorme nessa construção, que passa pelo presidente Lula.

100% definitiva

A vereadora Aava Santiago não volta atrás em disputar uma cadeira na Câmara Federal, apesar de considerar uma coisa gigantesca e extraordinária a forma como a candidatura dela tem sido recebida de maneira positiva. “É muito grande, mas um grande possível. É nesse lugar do possível, sabendo da minha grandeza e também da minha pequenez, que eu vou fazer essa disputa.” A candidatura também faz parte do compromisso que fez de entregar uma bancada de deputados do PSB. “Isso necessariamente passa pela minha candidatura, não tem outro caminho. E depois que eu faço o compromisso, não volto atrás.”

Fé em disputa

O avanço do bolsonarismo sobre setores das igrejas evangélicas deixou de ser apenas um fenômeno eleitoral para se tornar uma crise eclesial, avalia Aava Santiago. Ao transformar preferências políticas em critério de fé, o movimento criou uma espécie de “religião paralela”, na qual a fidelidade a um líder político passou a ser confundida com conversão religiosa. O resultado foi a substituição do púlpito pelo palanque e da teologia pela militância. “Quando a gente escancara que o bolsonarismo, que eu chamo de bolsolatria, se instalou dentro das nossas igrejas como uma religião paralela, é uma discussão teológica, é uma discussão eclesial, que acaba tendo eco político.”

O pastor ou o mito

Segundo a vereadora, as eleições recentes escancararam uma inversão de autoridade dentro de parte das igrejas evangélicas: em muitos casos, a palavra de Jair Bolsonaro falou mais alto que a orientação pastoral. “Eu vou citar Goiânia como exemplo. O candidato apoiado pelas Assembleias de Deus em Goiânia era Vanderlan Cardoso. O candidato apoiado pelo bolsonarismo era Fred Rodrigues. Os crentes migraram uma parte considerável deles para o Fred, em vez de apoiar o candidato da igreja.”

Os dois senhores

O incômodo de bispos e pastores diante de ataques vindos do bolsonarismo — inclusive quando lideranças religiosas oram por autoridades eleitas — mostra que o debate chegou ao coração das igrejas, aposta a vereadora goiana. “Michele Bolsonaro postou que ‘ninguém pode servir a dois senhores’. O vice-presidente nacional das Assembleias de Deus no Brasil, o Bispo Abner Ferreira, ficou indignado com a fala; ‘Quem é o senhor? Eles querem que o Bolsonaro seja o senhor? Quando ela diz servir a dois senhores, ela está, então, admitindo que o que o bolsonarismo espera é que a igreja os trate como senhores’.”

Agência Brasil



“Ela me convidou de cara”

O primeiro convite para Aava Santiago se filiar ao PSB partiu da deputada federal Tabata Amaral. “Tabata foi fundamental, porque participamos juntas do podcast da Manuela D’Ávila - eu nunca tinha conversado com a Tabata e foi lindo - nós fomos com a cara uma da outra, a Tabata pegou meu contato, mandou mensagem e marcamos de conversar.”

1 Atualmente

existem 30 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outras 23 em formação.

2 Só legendas

que tenham registrado o estatuto no TSE seis meses antes do pleito podem lançar candidatas e candidatos nas Eleições de 2026.

3 Só é

admitido o registro de partido que comprove, em dois anos, o apoio de eleitores não filiados equivalente a 0,5% dos votos da última eleição para a Câmara.

ELIAS VAZ

Dirigente descarta candidatura de José Eliton e diz que **tema não está em debate no PSB**

Andréia Bahia

Em entrevista exclusiva, o ex-presidente estadual do PSB em Goiás, Elias Vaz, comenta os bastidores da filiação da vereadora Aava Santiago ao partido, analisa o cenário político para as eleições de 2026 e defende a construção de alianças no campo democrático. Vaz descarta qualquer discussão interna sobre uma eventual candidatura de José Eliton ao governo de Goiás, afirma que o tema não está na pauta da legenda e sustenta que o partido só lançará candidaturas majoritárias onde houver viabilidade eleitoral. Na conversa, ele também fala sobre a relação com o MDB de Daniel Vilela, afasta qualquer possibilidade de aliança com o PL e reforça que a prioridade do PSB será fortalecer as chapas proporcionais para deputado federal e estadual.

Como se deu a filiação da vereadora Aava Santiago ao PSB?

A primeira conversa que a Aava teve foi com a Tabata Amaral. Eu já havia feito o convite a ela e, uns dois meses atrás, estivemos com João Campos, presidente nacional, e ele fez o convite, foi quando eu falei que se ela viesse, eu estaria disposto a abrir mão da presidência, que não teria problema nenhum. Desde essa época, a gente vem construindo isso, mantendo várias conversas; ela foi tentando construir isso, analisando, e agora tomou a decisão. Por algum tempo a gente estava com essa expectativa.

Aava diz que não houve ruptura com o PSDB e com Marconi Perillo. Essa condição foi discutida na filiação dela ao PSB?

Uma coisa são as posições individuais de cada um, até pelo histórico que cada pessoa tem e ela tem um histórico, tem uma gratidão pelo Marconi que a gente respeita. Mas na questão partidária, o que nós vamos levar em conta é a formação da chapa, aquilo que for mais interessante para formarmos a chapa de estadual e de federal - principalmente - é o que vai nortear o partido. Nós temos acordo sobre isso e estamos trabalhando

do em cima dessa expectativa, sabendo que tem nuances: a posição dela, dentro do partido tem algumas posições, mas ela se comprometeu a tomar a decisão que for a melhor, até porque ela também depende da melhor posição com relação à questão da construção da chapa.

Na sua opinião, a aliança com Daniel Vilela continua sendo a mais oportuna para o PSB?

Continua, essa é a visão que eu tenho, que as melhores condições para montar a chapa é apoiar o Daniel. Essa é a minha visão, é a que estou defendendo. Mas é claro, isso vai ter uma discussão interna, uma discussão coletiva e o partido vai ter maturidade para decidir isso de forma coletiva, acima de tudo. É o compromisso que todos nós temos.

As alternativas do PSB hoje seriam a aliança com o MDB, repetir a histórica aliança com o PT ou até mesmo com o PSDB, considerando a proximidade de Aava com o PSDB?

Essas são as alternativas, a única alternativa definida é que não vamos caminhar com o PL, a gente não apoia uma candidatura do PL. Se o PL lançar uma candidatura para governo do estado, a gente não apoia. Temos

Rodrigo Perotti/Câmara dos Deputados



Elias Vaz

Dirigente do PSB nacional

“A orientação do partido é só lançar candidaturas ao governo do estado, onde realmente haja chance eleitoral, que não é o caso do José Eliton em Goiás.”

essa posição de não apoiar. Mas o partido em Goiás tem liberdade para construir o caminho que seja estrategicamente melhor para eleger deputado federal e estadual.

O governador Ronaldo Caiado tem declarado interesse em ter o PL na chapa majoritária do grupo.

É muito difícil isso acontecer, até pelos últimos acontecimentos que estamos vendo, o calendário eleitoral do Wilder Moraes. Eu acho muito difícil ele abrir mão de ser candidato a governador. Acho que é uma tentativa deles, mas que a tendência é o PL lançar a candidatura realmente.

O deputado federal Gustavo Gayer também manifestou interesse em ocupar a vaga de senador na chapa governista. E se o PL vier a participar da aliança de Daniel Vilela?

Eu lhe garanto que nós não apoiaremos de forma alguma a candidatura ao Senado do PL.

O PL participar da chapa de Daniel Vilela não impediria o PSB de compor aliança com o MDB?

Essa seria uma discussão nova, não foi feita dentro do partido. A gente precisa respeitar, inclusive a vinda da Aava, a posição dela, ver o que ela pensa. É óbvio que a gente vai fazer isso com muita conversa, muita discussão, mas não tem nada definido por enquanto. O partido apoiar o Daniel é uma especulação porque não temos essa decisão tomada. Eu tenho uma posição individual, tenho defendido isso publicamente, mas isso não quer dizer que vai ser a posição do partido. O Carlos Cabral também tem defendido isso publicamente, é um deputado que defende a candidatura do Daniel e não esconde de ninguém, mas é claro, vamos resolver isso coletivamente, com discussão, vendo qual o melhor caminho para o partido. E é esse o compromisso da Aava, de fazer isso de forma conjunta. Eu tenho certeza que o espírito da Aava, que vai assumir

a presidência, é de discutir e o nosso também tem que ser o de discutir, conversar e, com muito diálogo, procurar o melhor caminho.

Há outra especulação de que o José Eliton retornaria ao PSB para ser o candidato a governador, com o apoio do PT. Como vê essa possibilidade?

Não tem nenhuma discussão sobre isso e eu até falei sobre isso com o pessoal do diretório nacional. Eu sou membro da executiva nacional do partido, fui eleito no último congresso, e a orientação do partido é só lançar candidaturas ao governo do estado, onde realmente haja chance eleitoral, que não é o caso do José Eliton em Goiás. A gente sabe que é muito difícil a viabilidade eleitoral de uma candidatura. Não existe essa discussão no partido, pelo menos formalmente. Se alguém está conversando não é em nome do partido. Não tem esse diálogo. Eu até perguntei para Aava se tinha tido conversa sobre esse assunto, de lançar a candidatura de José Eliton. Isso não existe. José Eliton saiu do partido quando o Jorge Kajuru se filiou. Kajuru continua sendo membro do partido, então, não sei se ele está querendo voltar atrás. É bem-vindo, se filiar. Agora, um projeto de lançamento de candidatura estadual, acho muito difícil.

A Aava tem o projeto de ser governadora do Estado no futuro. Há a possibilidade de o PSB lançar a Aava nesse momento?

Não, a Aava é pré-candidata a deputada federal. Esse é o projeto dela. Ela vem com essa determinação. Uma das prioridades nossas hoje, a prioridade a que eu vou me dedicar, que vou tentar ajudar assim como ela presidente, é formar essa chapa para federal.

A principal prioridade do PSB é ampliar a bancada de deputado federal?

No nosso caso é ampliar. É claro, temos o senador Kajuru, e se ele quiser continuar, o partido vai dar todo o respaldo para ele ser candidato a senador. É uma decisão pessoal dele, ele já é senador, mas se quiser ser candidato a federal, o partido vai respeitar. A prioridade do partido é eleger a bancada federal e senadores. Isso é uma prioridade nacional do partido hoje, eleger principalmente deputado federal, porque com a cláusula de barreira, há um processo em curso, e muitos partidos vão ficar pelo caminho. O PSB tem feito um esforço para continuar como um partido de centro-esquerda, com nomes nacionais importantes, como o próprio Geraldo Alckmin, que é o vice-presidente da República, João Campos, que é uma promessa para um futuro próximo, está liderando as pesquisas em Pernambuco. É um partido que tem acumulado uma posição política, uma força política nacional, mas que é importante ter boa bancada de deputado federal até para ter peso político no futuro.

A bancada do PSB tem 15 deputados e em 2026 o corte da cláusula de barreira é de 13 deputados federais. O PSB corre risco de não atingir?

Nessa eleição, não. Mas o limite vai chegar a 5% dos votos nacionais, é um valor expressivo. Eu acho, uma opinião pessoal, que o PDT e o PSDB são partidos que não sobrevivem.

A federação não veio para resolver esse problema?

Sim, mas vai ter que federar ou vai ter que se fundir; essas duas coisas que vão acontecendo.

Como está a discussão da federação com o Cidadania?

Teve uma reviravolta no Cidadania e eu não sei como é que ficou isso, se quem assumiu o partido tem a mesma posição. Eu realmente confesso que não vi o desdobramento disso. Até então, o Cidadania aqui em Goiás era o partido que o PSB tinha uma certa conversa, e com o PDT também, mas eu acho que isso deu uma esfriada. Com o Cidadania estava bem intenso, estava bem acertado para as duas direções, mas parece que houve uma mudança na direção do Cidadania.

Quais são os pontos de convergência que vê entre o PSB e o MDB de Daniel Vilela, que está coligado ao União Brasil, um partido de direita, considerando que o PSB é um partido de Centro-esquerda?

Você tem toda razão, mas o que acontece no espectro da luta política brasileira e no mundo é o isolamento da ultradireita - que não é nem isolar a direita, tanto é que Lula tem essa visão. O União Brasil como o MDB participam do governo do Lula, têm ministérios. O União Brasil desembarcou agora por uma questão circunstancial, mas o MDB participa efetivamente, com ministérios inclusive importantes, dos Transportes e das Cidades. Eu entendo que a lógica política que temos que ter hoje, e o PSB tem essa estratégia política, é de fazer uma aliança no campo democrático. E inegavelmente, o Daniel representa e tem uma posição histórica democrática, no estado e no próprio MDB de Goiás. Todas as figuras do MDB de Goiás, Maguito Vilela, Iris Rezende, são figuras históricas do ponto de vista da luta democrática brasileira. E o Daniel herda um pouco isso. O próprio histórico dele é um histórico democrático. Por isso que a estratégia que eu defendo, e tenho dito isso inclusive para o pessoal do PT, é que a gente precisa fazer uma aliança no campo mais largo, que é no campo democrático, não no campo da esquerda; pode ser com uma pessoa que é de direita, mas que seja democrática. É isso que tenho defendido, que é uma estratégia nacional, o PSB tem essa posição numa estratégia nacional, e aqui a gente estaria replicando essa estratégia para tentar isolar a ultradireita. Essa é a visão que eu tenho. É possível? Aqui tem uma nuance óbvia que tem prejudicado



O fato de o governador Ronaldo Caiado ter esse projeto a nível de eleição presidencial e muitas vezes assumir posições até estranhas à história dele cria uma nuance que prejudica isolar a ultradireita.

um pouco essa situação, que é o fato de o governador Caiado ter esse projeto a nível de eleição presidencial e muitas vezes assumir posições até estranhas à história dele. Exemplo disso é o dia 8 de janeiro mesmo; ele foi uma pessoa que assumiu uma posição pública de defender a democracia, ofereceu até as forças policiais de Goiás para defender a democracia. Acho que ele está tentando dialogar com essa ultradireita para tentar capitalizar voto. Eu acho que não tem funcionado, até porque eu acho que ele não é confiável nesse aspecto, porque as pessoas sabem que o histórico dele não é esse. O histórico dele nunca foi de ser ultradireita, ele sempre foi uma pessoa de direita, mas não de ultradireita. Sempre foi uma pessoa democrática, inclusive do ponto de vista das relações do debate. No Congresso ele tem histórico de reconhecimento em relação a isso, mas tem essa nuance, um aspecto muito particular de

Goiás, porque Caiado tem um projeto nacional, precisa demarcar (seu espaço) em relação ao atual governo e acaba, muitas vezes, fazendo declarações, que, na minha opinião, fogem inclusive ao histórico dele. Mas eu não tenho dúvida sobre o que representa Daniel Vilela; ele representa convergência do ponto de vista democrático. A relação dele mesmo com a esquerda sempre foi uma relação democrática. Quando o pai dele foi prefeito de Aparecida, todos os partidos participavam da administração, e sempre foi assim. A relação histórica sempre foi uma relação democrática e acho que ele representa isso.

Nessa discussão nacional, Geraldo Alckmin pode continuar como vice na chapa de Lula em 2026?

Eu acho que Alckmin tem tudo para continuar como vice. Primeiro porque ele foi governador de um estado que tem peso, foi governador por 16 anos, não foi um mandato, são quatro mandatos, do estado mais importante do país. Ele tem um peso eleitoral indiscutivelmente. Ele ter participado da chapa em 2022, com certeza foi importante para ter pouca diferença que teve. São Paulo foi fundamental para a vitória do presidente Lula. Ele vem desempenhando um papel de protagonismo, não é um vice qualquer, é ministro da Indústria e do Comércio; nas etapas mais difíceis que o país tem enfrentado, o vice-presidente tem assumido um papel de muita relevância, e acho que o presidente Lula reconhece isso. É público, o presidente Lula tem um carinho muito especial pelo vice-presidente e eu acho que tem tudo para ele continuar na

chapa, continuar sendo vice-presidente da República.

Seu projeto para 2026 é disputar a eleição para deputado federal?

Não, eu vou discutir isso, vou conversar isso com a Aava inclusive, quero conversar com os companheiros, com o Carlos Cabral, com o Kajuru, vou conversar internamente; ver se eu sou candidato e a quê. Uma decisão que eu não tomei ainda. Hoje eu já recebi ligações de gente querendo vir para o partido em função da Aava. Eu acho que isso vai dar uma oxigenada legal e a gente pode ter umas chapas tanto federal como estadual muito boas. Vamos verificar essa possibilidade, qual o melhor caminho, porque eu tenho uma questão pessoal, mas também tem que analisar a viabilidade, analisar os interesses partidários para ver qual o melhor caminho para trilhar.

Para compor com algum partido, o PSB pode pleitear vice ou alguma vaga na chapa majoritária?

Não, nós queremos pleitear é formação de chapa, de forma muito transparente, nós queremos ajuda na formação chapa para estadual e federal. Esse vai ser o principal ponto, porque a nossa estratégia é essa. Claro que, se o Kajuru quiser continuar como senador, como candidato, é claro que vamos colocar isso como elemento, até porque hoje é permitido. O PSB não abre mão, se o Kajuru quiser, vai ser candidato; penso que a Aava também tem essa posição, o partido tem essa posição, mas tirando isso, nossa meta é eleger federal ou estadual.

A chapa não vai precisar abrir vaga para uma candidatura ao senado do Kajuru?

O partido não vai abrir mão de lançar candidato, se o Kajuru quiser ser; ele tem respaldo nacional, tem respaldo local, a Aava gosta muito dele, o Carlos Cabral, todo mundo tem um grande respeito por ele. A decisão é pessoal. Ele parece que tem uma dúvida se ele continua ou não. A decisão é dele.

Ele está bem de saúde?

Tem melhorado, mas é uma decisão que ele não tomou ainda.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

ELEIÇÕES 2026

TSE deve mirar fraudes na cota de gênero pelos partidos

Resoluções serão atualizadas pela Corte; advogado eleitoralista aposta em mais rigor neste ano

Carla Borges

As recorrentes fraudes às cotas de gênero devem ter atenção especial dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na atualização das resoluções que vão orientar as eleições gerais de 2026. O assunto deve ser tratado com rigor também pelas cortes regionais em seus julgamentos, acredita o advogado eleitoralista Leon Safatle. O TSE marcou para os dias 3 e 5 de fevereiro de 2026 as audiências públicas para receber sugestões da

sociedade destinadas ao aperfeiçoamento das resoluções, que deverão ser publicadas em março.

Leon Safatle observa que houve julgamentos importantes sobre esse tema, especialmente em 2024, que levaram à edição da Súmula 73 do TSE, que traz balizas mais concretas a esses julgamentos que tratam de fraude à cota de gênero nas candidaturas femininas. "Assim, acredito que sim, pode haver uma atualização dos textos que versam sobre essas fraudes, assim como em uma atuação mais firme dos tribunais", justifica o advogado.

Votação zerada ou inexpressiva de candidatas, prestação de contas zerada, padronizada ou sem movimentação financeira relevante, e ausência de atos efetivos de campanha são temas que já eram tratados nas decisões. "Isso já existia



Divulgação

Leon Safatle: atuação mais firme no combate às fraudes às cotas de gênero

na jurisprudência e agora foi sistematizado na Súmula 73 do TSE. Eu acho que isso pode entrar em alguma resolução", avalia Safatle.

Ele acrescenta que, desde 2020, já não há mais uma reedição das resoluções para cada eleição. O TSE tem

feito uma atualização das resoluções, se houver mudança legislativa por meio de leis ordinárias ou PECs, ou se houver mudança em entendimento jurisprudencial, ou ainda para corrigir determinados trechos, com um eventual erro de grafia, erro de entendimento, para aperfeiçoar esses textos. "Nesse sentido, as resoluções ainda são aquelas lá do ano de 2019 e 2020, mas elas vão sendo atualizadas a cada eleição", esclarece o advogado.

SISTEMAS ELEITORAIS

Leon Safatle acrescenta que não seria de surpreender algum aperfeiçoamento das normas respeito dos sistemas eleitorais, de contagem de votos, especialmente do sistema proporcional. Ele lembra que há cerca de dois anos houve uma discussão sobre as sobras das sobras na distri-

buição das cadeiras no sistema proporcional (que orienta as eleições de deputados federais, estaduais e vereadores) e ainda julgamentos polêmicos sobre essa destinação das sobras das sobras. "Talvez haja alguma manifestação, alguma alteração de normas, algum aperfeiçoamento de normas das resoluções nesse sentido também", aposta.

O advogado lembra que apesar do intenso debate sobre o novo Código Eleitoral, o projeto que está no Congresso não foi aprovado em definitivo. "Isso se dá tradicionalmente porque o Congresso Nacional não costuma testar nova legislação eleitoral quando ele mesmo vai se colocar em eleição. Por tradição, geralmente se testam mudanças mais profundas nas eleições municipais", esclarece Leon Safatle.

golias.gov.br/goliasnumero1

Goiás no seu melhor estado.

O governo que mudou a história de Goiás entregou resultados que transformaram a vida das pessoas. Hoje, o Estado vive seu melhor momento: mais forte, mais seguro e pronto para o futuro.

Ainda há muito o que fazer, mas a mudança que deu certo vai continuar.

1º lugar no Ideb

Estado mais seguro do Brasil

Mais de R\$ 25 bilhões em investimentos na saúde desde 2019

Melhor programa de combate à pobreza do Brasil

Estado líder na geração de emprego

Melhor programa de infraestrutura rodoviária da história do estado

GOIÁS O ESTADO QUE DÁ CERTO

LEGISLATIVO

Com quatro edições em janeiro, Deputados Aqui abre calendário da Alego em ano eleitoral

Will Rosa

São Miguel do Passa Quatro, Anicuns, Cidade de Goiás e Porangatu recebem o programa ao longo do mês; especialista alerta para risco de promoção pessoal



Serviços oferecidos na 32ª edição do Programa Deputados Aqui em São Miguel do Passa Quatro

Arthur Oliveira*

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) inicia o ano com a realização de quatro edições do programa “Deputados Aqui”, uma em cada semana de janeiro. O movimento levanta questionamentos sobre os limites da publicidade institucional e a promoção pessoal dos deputados, já que as sessões ordinárias na casa legislativa retornam oficialmente em fevereiro. A iniciativa percorre São Miguel do Passa Quatro, Anicuns, Cidade de Goiás e Porangatu e pode enfrentar restrições impostas pela legislação devido ao ano eleitoral.

O objetivo do programa é aproximar deputados, servidores e estrutura da Alego de municípios goianos com sessões solenes, atendimento ao cidadão e oferta de serviços diversos, como ações na área da saúde, apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para regularização de títulos e, em alguns casos, distribuição de alimentação. Para especialistas, o formato híbrido, que mistura atividade legislativa com prestação direta de serviços à população, exige atenção redobrada em 2026.

Segundo o advogado e professor universitário Samuel Balduino, especialista em Direito Público e Eleitoral, o programa parte de uma premissa jurídica delicada. “O ‘Deputados Aqui’ tem uma característica única, porque não é da essência da natureza jurídica do Poder Legislativo prestar serviços sociais diretamente à população. Isso, via de regra, é atribuição fundamental do Poder Executivo”, afirma. Balduino lembra que em anos anteriores, órgãos de

“No ano eleitoral, tudo fica mais grave. Mesmo ações feitas com recursos privados já entram em suspeita, e com dinheiro público podem configurar promoção pessoal, abuso de poder político e até captação ilícita de voto”

controle viam com restrição esse tipo de gasto com recursos públicos repassado ao Legislativo. “A gente já começa com uma premissa de maior cuidado e fiscalização, especialmente quando há uso de recursos públicos para oferecer benefícios diretos ao cidadão”, destaca.

ANO ELEITORAL AMPLIA RESTRIÇÕES

O especialista explica que o contexto eleitoral altera o contexto completamente a análise jurídica. Fora desse período, os deputados podem, com recursos próprios, financiar ações sociais e até divulgar seu nome associado a elas. “A Justiça Eleitoral não proíbe isso fora desse período. O problema começa quando esses serviços são custeados com dinheiro público, e se agrava ainda mais em ano de eleição”, ressalta.

De acordo com Balduino, à medida que a eleição se aproxima, as restrições se tornam mais rígidas. Conforme o artigo 73 da Lei nº 9.504/1997, programas com oferta de serviços e benefícios à população tendem a ser barrados, no mínimo, nos três meses que antecedem o pleito.

SERVIÇOS FORA DA ATRIBUIÇÃO LEGISLATIVA

Na avaliação do jurista, se

o “Deputados Aqui” se limitasse a atividades típicas do Parlamento, como sessões solenes, votações, discussões de projetos e entrega de títulos, o risco jurídico seria menor. “Há jurisprudência no sentido de que a Assembleia pode descentralizar suas atividades, levando-as ao interior. Isso não seria um problema”, explica.

O alerta surge quando o programa vai além. “Quando, além disso, há oferta de comida, serviços odontológicos, médicos ou outros atendimentos que não são atribuição da Alego, a restrição ocorre de forma clara. São benefícios diretos e efetivos à população, o que acende o alerta da legislação eleitoral”, afirma.

“Qualquer coisa que a Assembleia não faz normalmente na sua sede, dentro da sua atribuição primária, já pode caracterizar prestação indevida de serviços e cair nas restrições da lei.”

Outro ponto que chama atenção é o aumento e a antecipação do programa em 2026. No ano passado, foram realizadas 31 edições do “Deputados Aqui”, com início apenas em fevereiro, acompanhando o calendário regular das atividades legislativas. Já neste ano, a iniciativa começa em janeiro, com quatro edições concentradas em um único mês, o que, segundo Samuel Balduino, pode ser visto com ressalvas pela Justiça Eleitoral.

Para o especialista, a intensificação do programa em período pré-eleitoral pode levantar questionamentos sobre o desequilíbrio da disputa, por ampliar a exposição de parlamentares que já exercem mandato e dispõem da estrutura pública para divulgação de suas ações. “Não há uma proibição objetiva quanto à quantidade, mas isso pode entrar no campo do abuso de poder político, por ferir a isonomia do pleito”, avalia. Segundo ele, uma interpretação mais rigorosa pode entender que há uso intensivo da máquina pública para favorecer quem já tem mandato, em detrimento de possíveis adversários.

Caso haja entendimento de irregularidade, a responsabilização pode alcançar diversos agentes. “Respondem todos que promoveram ou permitiram o evento, quem geriu os recursos e quem se beneficiou politicamente da ação”, explica Balduino. Além das sanções eleitorais, como multa ou cassação, também pode haver ações por improbidade administrativa, movidas pelo Ministério Público.

Coordenador do programa, o ex-deputado federal Elias Vaz (PSB) rebate as críticas e nega viés eleitoreiro. Segundo ele, o sucesso da iniciativa é o principal motivo dos questionamentos. “Todo projeto que dá bom resultado acaba sendo alvo de críticas”, afirma.

Elias destaca que não integra o partido do presidente da Alego e que sempre teve liberdade para disputar outros cargos. “Se fosse um projeto apenas eleitoreiro, não teria um coordenador com independência política como eu”, argumenta.

“O ‘Deputados Aqui’ tem impacto positivo nas cidades por onde passa. Quando falta argumento técnico, dizem que é eleitoreiro. Mas os resultados falam por si.”

Elias Vaz (PSB), coordenador do programa

Com o avanço do calendário eleitoral, o debate sobre os limites da iniciativa tende a se intensificar. Até o momento, a agenda do programa para o mês de fevereiro ainda não foi divulgada, enquanto a sessão solene que marca o retorno dos trabalhos legislativos da Alego está prevista para o dia 18 de fevereiro.

RANKING

Estado que mais investe em educação no país, Goiás reforça entrega de kits escolares e obras em escolas para 2026

Desde 2019, Governo Estadual aplicou mais de R\$ 2 bilhões na infraestrutura educacional. Inovação também é prioridade: 100% das unidades públicas de ensino estão conectadas



Secom

Da Redação

Enquanto o país padece com a má qualidade da educação pública (com baixa aprendizagem, evasão escolar e atraso na aquisição e distribuição de livros didáticos para 2026, entre outros problemas), o Governo de Goiás já assegurou os recursos e ações necessários para manter a educação do estado como uma das melhores do país. Em 2025, Goiás teve o melhor desempenho nacional no ensino médio na rede estadual (Ideb de 4,8) e ficou em segundo lugar no ranking nacional em alfabetização na idade certa. Qualidade assegurada com a decisão política de tratar a educação com total prioridade — não só da atual gestão, mas de política de Estado.

Desde 2021, os investimentos na melhoria da infraestrutura das escolas públicas estaduais superaram a marca de R\$ 2 bilhões. As melhorias nas unidades de ensino começaram antes, ainda em 2019. De lá para cá, o Governo de Goiás construiu 40 novas escolas e reformou mais de 1.000 colégios públicos estaduais.

A Secretaria de Educação de Goiás já começou a reforçar a entrega dos kits escolares para o ano letivo de 2026. Os estudantes da rede pública estadual — do ensino fundamental à Educação de Jovens e Adultos (EJA) — receberão uniforme completo, mochila, estojo, tênis, meias e materiais pedagógicos essenciais para as atividades escolares. “Neste mês de janeiro, novos lotes de kits escolares serão entregues na Seduc, destinados aos municípios e às crianças atendidas pelo programa AlfaMais Goiás”, afirmou a secretária de

“Conectar toda a rede estadual significa dar um passo decisivo em direção à equidade de oportunidades”, diz Caiado

Educação, Fátima Gavioli.

Conforme a Secretaria de Educação de Goiás, o estado não foi afetado pela demora da União em comprar e distribuir livros didáticos neste ano. Os exemplares destinados ao Ensino Médio foram entregues em dezembro, direto nas escolas. No ensino fundamental, a distribuição de obras literárias começa neste mês: os livros didáticos do ano passado permanecem válidos.

AVANÇO TECNOLÓGICO

Superar o desafio de manter os estudantes em sala de aula, na idade certa e com todos os recursos pedagógicos necessários, passa por dotar os colégios estaduais do que há de mais moderno em tecnologia. Em 2025, Goiás atingiu um marco histórico: universalizou a conectividade de internet em todas as 1014 escolas públicas estaduais. O feito, registrado pelo Censo Escolar 2024, coloca o estado entre os primeiros do país a alcançar essa meta e reforça sua posição como referência em políticas públicas voltadas à educação digital.

A aceleração do investimento em conectividade teve início ainda durante a pandemia de Covid-19 (2020 e 2021) e foi impulsionada por um grande projeto, o qual soma investimento em internet de alta velocidade para unidades escolares à aquisição e à distribuição de equipamentos para professores e estudantes. Hoje, o estado já conta com 206mil dispositivos disponíveis e é pioneiro ao entregar notebooks individuais para

100% dos professores, implantar laboratórios móveis de Chromebooks em todas as escolas e regulamentar o uso pedagógico dos celulares em sala de aula.

“Conectar toda a rede estadual significa dar um passo decisivo em direção à equidade de oportunidades. Mas não vamos parar por aqui: nosso próximo compromisso é ampliar o Wi-Fi em todas as salas de aula e garantir dispositivos suficientes para todos os estudantes do nosso estado”, afirma o governador Ronaldo Caiado, destacando o papel estratégico do investimento público na educação.

Desde 2021, o governo estadual já investiu quase R\$ 1 bilhão na modernização da rede de ensino, impactando diretamente 544 mil alunos e mais de 25 mil professores, incluindo escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais. Todos os professores da rede receberam notebooks e estudantes de todo o ensino médio e do 9º ano do ensino fundamental têm Chromebooks conectados à inteligência artificial, com o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Além de garantir conectividade nos centros urbanos, onde o acesso à tecnologia é facilitado, o Estado assegurou que alunos de zonas rurais passassem a desenvolver suas habilidades digitais a partir de conteúdos educativos interativos e videoaulas, reduzindo a lacuna tecnológica de aprendizagem em um

mundo cada vez mais digitalizado. Essa foi a primeira etapa de um projeto mais ambicioso. A próxima fase é garantir computadores, notebooks e tablets em número suficiente para todos os estudantes, além de ampliar a rede Wi-Fi, como ressaltou o governador Caiado.

ESFORÇOS RECONHECIDOS

Às vésperas de seu último Natal à frente do Governo de Goiás, Ronaldo Caiado anunciou incentivos a profissionais de Educação e alunos da rede pública estadual, em reconhecimento ao empenho de trabalhadores e estudantes para tornar a educação de Goiás primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o ensino médio e anos finais do ensino fundamental, além de segundo do país em alfabetização na idade certa.

Os 42 mil servidores da rede estadual de educação tiveram bônus por resultados pedagógicos equivalente a 100% de seus vencimentos: 83% pagos na folha de dezembro e 17% na de janeiro de 2026. O incremento é de R\$ 177 milhões em dezembro e de R\$ 50 milhões neste mês. É a quinta vez consecutiva que o Estado assegura o bônus, com recursos do Tesouro local e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Professores da rede pública que estão em sala de aula (efetivos e temporários) terão ainda redução de carga horária

a partir deste mês. Considerando a carga de 40h semanais, o docente que hoje ministra 32 aulas de 50/min passará a dar 30 aulas de 50/min. Isso corresponde a 25 horas relógio, por semana. Os professores com 20 e 30 horas terão redução de carga proporcional. A medida beneficiará 17 mil profissionais.

Estudantes também receberam boas notícias do governador: reajuste de até 38% no valor do Bolsa Estudo. O benefício é pago todos os meses a cerca de 300 mil estudantes da rede pública estadual que cursam o nono ano do ensino fundamental e o ensino médio. Para alunos de escolas regulares, o valor passa de R\$ 111,92 para R\$ 130. Já a bolsa dos matriculados em escolas integrais salta de R\$ 111,92 para R\$ 150/mês. Segundo Caiado, o programa é responsável por Goiás ter hoje a menor taxa de evasão escolar do país e contribui para o estado ser número 1 no Ideb.

ESCOLAS NOVAS E EQUIPADAS

O pacote de investimentos na educação se completa com obras: tanto construções de novas unidades e estruturas, quanto reformas e ampliações das unidades e de coberturas de quadras esportivas (desde 2019, já foram entregues 450 quadras cobertas). As obras já concluídas beneficiaram especialmente a região do Entorno do Distrito Federal, com a inauguração de 10 novas escolas — isso permitiu a extinção do quarto turno, garantindo melhores condições de ensino para os estudantes.

Para 2026, o Governo de Goiás pretende levar adiante 170 licitações de obras em unidades públicas de ensino. Estão previstas neste ano inaugurações de 10 novos colégios, o que resolverá problemas de demanda por atendimento educacional em várias regiões do estado. Destaque para a restauração, requalificação e reforma do prédio do Lyceu de Goiânia, com investimento de aproximadamente R\$ 20 milhões. O espaço, marco da educação goiana, será transformado em uma unidade bilíngue (português e francês). A obra também contribuirá para a revitalização do complexo Art Déco da cidade, tombado pela Unesco.

PODERES

Aava diz que Câmara atua submissa ao Paço e que **judicialização virou regra em Goiânia**

Lincoln Leão

Vereadora afirma que acordos prévios entre Executivo e base governista esvaziam o debate político, mantêm nomeações de viés político e empurram temas centrais para o Judiciário



Aava Santiago diz que a oposição atua para trazer à luz acordos feitos fora do plenário

Lucas de Godoi

Na esteira do anúncio de sua filiação ao PSB, partido pelo qual pretende disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, a vereadora Aava Santiago (PSDB) avaliou, em entrevista à Tribuna do Planalto, que a Câmara Municipal de Goiânia encerra o primeiro ano legislativo da gestão do prefeito Sandro Mabel (UB) com a autonomia amarrada a acordos políticos. Segundo ela, o Legislativo “nem ganhou nem perdeu” espaço, mas segue se comportando “como funcionária subserviente ao Paço Municipal”, atendendo a “interesses casuísticos” em detrimento do interesse coletivo.

Segundo a parlamentar, essa dinâmica compromete o papel do parlamento como espaço de debate público e deliberação política. Em sua avaliação, projetos relevantes chegam ao plenário com resultados previamente definidos, fruto de negociações realizadas fora do alcance da

sociedade. Nesse cenário, argumentou, o convencimento político deixa de existir e o debate se torna meramente formal.

No primeiro ano legislativo, a vereadora criticou decisões administrativas como a decretação da calamidade financeira no município, o rompimento com a Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas (Fundahc), que administrava as maternidades públicas e projetos de lei que em sua avaliação eram danosos para a cidade. Em muitos casos, Aava recorreu ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas dos Municípios para tentar barrar o que considera decisões equivocadas.

Questionada sobre a razão da judicialização dessas matérias, Aava afirmou sentir “pesar” sempre que precisa recorrer ao Judiciário para discutir matérias que, em condições normais, deveriam ser resolvidas no âmbito

político. Segundo ela, a judicialização tem sido o único caminho possível diante da ausência de diálogo efetivo. “Quando o resultado já foi negociado, quando se trata de atender interesses e não de debater teses, não tem lugar para convencimento”, disse.

Ela afirmou à reportagem que, em diversas ocasiões, alertou colegas sobre impactos negativos de determinados projetos para a cidade e para a própria Câmara. Segundo a vereadora, a resposta recorrente foi o reconhecimento do problema acompanhado da afirmação de que “não tem jeito”, sinalizando que decisões já estavam tomadas. Para Aava, quando a política não consegue exaurir os conflitos de forma transparente, resta acionar o Ministério Público e os tribunais de contas como última alternativa.

Nos bastidores, o Paço Municipal sustenta que a

relação com a Câmara é estável e que a maioria das matérias de interesse do Executivo avançaram no primeiro ano de governo, ainda que com ajustes pontuais, como ocorreu nas votações da LDO e da Taxa do Lixo, marcadas por negociações de última hora, concessões e recuos da administração.

SAÚDE, CALAMIDADE E EMPRÉSTIMO

Entre os temas judicializados pelo mandato, a vereadora citou a prorrogação do decreto de calamidade financeira, o projeto que autoriza a contratação de empréstimo de R\$ 1,32 bilhão junto ao BNDES e contratações na área da saúde.

Aava destacou que a judicialização não é uma escolha política confortável, mas um mecanismo de contenção diante de práticas que considera pouco republicanas. Para ela, esse movimento revela uma relação institu-

cional deteriorada, em que o Executivo pauta a Câmara e a base governista atua para viabilizar decisões já alinhavadas.

“Quando se trata de atender interesses e não de debater teses, não tem lugar para convencimento. Onde não há espaço para o convencimento de teses, infelizmente o que resta é a judicialização. De longe, esse não é o melhor caminho. É o botão do pânico, o botão do desespero, quando a política, contaminada pelo negócio, não dá conta de exaurir os desafios da cidade”, afirma Aava Santiago.

Aava sustenta que o papel da oposição é tornar públicas movimentações que, sem esse enfrentamento, ocorreriam “às escuras, no apagar das luzes” e que, mesmo quando derrotada em votações, a oposição cumpre a função de informar a sociedade e provocar reação popular.

CONTINUIDADE

Aava Santiago também questiona o discurso de ruptura da atual administração em relação à gestão anterior. Segundo ela, muitos dos vereadores que integravam a base do ex-prefeito Rogério Cruz (SD) continuam influentes, enquanto aliados que perderam eleições passaram a ocupar cargos estratégicos no Executivo.

Na avaliação da parlamentar, a principal diferença entre as gestões está no estilo de condução. “O Sandro, por ter um perfil de CEO de empresa, compartilha menos poder”, afirmou. Isso, segundo ela, torna os conflitos mais visíveis, mas não altera a lógica de fundo das relações políticas, marcadas por acordos e pela manutenção de espaços de poder.

Apoio a Mabel no segundo turno foi estratégia eleitoral e não adesão à base

Aava Santiago lembrou que apoiou Sandro Mabel no segundo turno das eleições municipais em 2024 como estratégia para barrar a vitória do candidato apoiado pelo bolsonarismo, Fred Rodrigues (PL). O apoio, no entanto, foi condicionado à assinatura de um termo de compromisso com pautas defendidas por seu mandato, especialmente na educação, na

saúde e na valorização do serviço público.

Segundo Aava, o prefeito assumiu compromissos relacionados à valorização dos trabalhadores da saúde, ao fortalecimento da educação pública e à convocação de concursados. “Ele assinou”, frisou. No entanto, de acordo com a vereadora, nenhuma dessas medidas foi implementada até o momento.

Ela afirmou que o descumprimento do acordo evidenciou divergências de visão de mundo e de projeto de cidade. Na leitura da vereadora, a atual gestão caminha em sentido oposto ao que foi pactuado nas eleições, com iniciativas de privatização de serviços públicos, ampliação do modelo de organizações sociais na saúde e propostas que, segundo ela, tratam a cidade

como objeto de “leilão”.

A parlamentar reforçou que seu apoio foi estritamente eleitoral e não significou adesão à base governista. “Tô te apoiando na eleição, não é garantia de que eu esteja na sua base, como de fato não estou”, afirmou. Desde então, disse, sua atuação tem sido marcada pelo enfrentamento político e institucional às decisões do Executivo que considera

prejudiciais a Goiânia.

Na interpretação da vereadora, o episódio do segundo turno ilustra o padrão atual da relação entre Executivo e Legislativo: compromissos assumidos no processo eleitoral que não se traduzem em políticas públicas e um ambiente político em que a oposição é empurrada para o Judiciário como forma de resistência.

ANÁPOLIS

Lei João Victor é alvo de questionamento judicial três meses após sanção

Entidade que representa distribuidoras de energia ingressa com ação contra norma municipal; prefeitura, advogado constitucionalista e Abradee apresentam posições divergentes sobre competências legais e alcance da legislação

Carlos Nathan Sampaio

Mais de três meses após a sanção da Lei Municipal nº 4.493, conhecida como Lei João Victor, o tema voltou ao centro do debate público em Anápolis. A norma, criada após a morte de um menino de 10 anos que sofreu uma descarga elétrica ao tocar em um fio energizado, passou a ser questionada judicialmente pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O processo tramita em segredo de justiça.

A movimentação judicial provocou reação do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), que se manifestou publicamente no fim da tarde de quarta-feira (7), por meio de suas redes sociais. Na publicação, o chefe do Executivo municipal demonstrou indignação com a iniciativa da entidade e afirmou que a ação ignora o propósito central da legislação, que, segundo ele, é a proteção da vida e da segurança da população.

A Lei João Victor foi proposta pela atual gestão municipal e aprovada pela Câmara de Vereadores após o acidente ocorrido em setembro. O texto estabelece a obrigatoriedade de alinhamento, organização e regularização de cabos e fios instalados em postes do municí-

Reprodução



Fios expostos em Anápolis



João Victor ao lado do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa, semanas antes do acidente que o levou à morte

pio, sejam eles de concessionárias de energia elétrica ou de empresas que utilizam a infraestrutura para outros serviços, como telecomunicações. A norma também atribui ao município poder de fiscalização, notificação e aplicação de multas em caso de descumprimento.

De acordo com o prefeito, a contestação apresentada pela Abradee se baseia em argumentos técnicos e em questionamentos sobre a competência administrativa do município para legislar sobre o tema. Em sua manifestação, Corrêa afirmou que a lei não foi concebida com caráter exclusivamente punitivo, mas preventivo, ao criar mecanismos para redu-

zir riscos e evitar novos acidentes envolvendo a rede aérea urbana. Ele também declarou que a administração municipal não pretende recuar diante da ação judicial.

Durante a manifestação pública, o prefeito destacou que a legislação surgiu a partir de uma tragédia que expôs problemas na organização da fiação urbana. Segundo ele, a iniciativa representa uma resposta institucional do poder público municipal a uma demanda concreta de segurança. O gestor afirmou ainda que a memória da criança vítima do acidente permanece como referência simbólica da lei e do debate que ela

suscita.

Além da posição do Executivo municipal, a discussão ganhou contornos jurídicos com a análise do advogado Max Oliveira, especialista em direito constitucional. Ao comentar as informações sobre a ação ajuizada pela Abradee, o advogado afirmou que examinou o conteúdo da Lei Municipal nº 4.493 e concluiu que o texto está em conformidade com a Constituição Federal, com a Constituição do Estado de Goiás e com o ordenamento jurídico brasileiro.

Segundo Max Oliveira, a norma representa uma medida de organização do espaço urbano de Anápolis e se insere nas competências legislativas do município. Ele argumenta que a Constituição prevê a possibilidade de os municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementarem legislações federal e estadual quando necessário. Para o advogado, a exigência de alinhamento ou remoção de fios soltos, desorganizados ou abandonados está relacionada diretamente à organização urbana e à segurança dos cidadãos.

O advogado afirmou ainda que a lei não trata da regulação do serviço de energia elétrica em si, mas da utilização do espaço urbano, o que, em sua avaliação, legitima a atuação do município. Ele declarou ter se surpreendido com a contestação da

norma por parte de uma associação, considerando que o objetivo declarado da legislação é melhorar a organização da cidade e resguardar a segurança das pessoas. Na avaliação apresentada, a aprovação e sanção da Lei João Victor representariam um avanço jurídico para Anápolis.

Em resposta às discussões, a Abradee divulgou posicionamento no qual reafirma sua defesa do pacto federativo e do respeito às competências definidas pela Constituição Federal. A entidade sustenta que cabe exclusivamente à União legislar sobre temas como energia elétrica e telecomunicações, classificando essas matérias como de competência federal, não atribuídas a estados ou municípios.

Sobre a Lei nº 4.493, a associação lembra que o texto foi aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito em 29 de setembro, com publicação no Diário Oficial do Município no dia seguinte. A entidade detalha que a norma impõe às empresas responsáveis pela energia elétrica e às que utilizam a infraestrutura dos postes a obrigação de alinhar fios e cabos, além de atender às exigências técnicas e resoluções vigentes para evitar choques elétricos e manter distâncias seguras de árvores, edificações e equipamentos urbanos.

A legislação também prevê que, em caso de queda de equipamentos ou fiação, a regularização seja imediata, sob pena de aplicação de multas que podem chegar a R\$ 5 mil. Entre as exigências estão o envio de relatórios mensais das ações de alinhamento ou retirada de cabos e a apresentação de documentação técnica sempre que solicitada pelo Poder Executivo municipal.

Enquanto o processo judicial segue sob sigilo, o debate em torno da Lei João Victor evidencia a divergência de interpretações sobre os limites da atuação municipal, a repartição de competências entre os entes federativos e a forma de conciliar a organização urbana e a segurança da população com a regulação federal dos serviços de energia elétrica.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Torcida do Goiás exige o fim do jejum de títulos

Não dá mais para esperar, a torcida do Goiás tem dois objetivos inegociáveis para 2026. O título estadual, que o clube não vence há sete anos, e o acesso à série A do campeonato brasileiro. Este ano, o alviverde disputa pela terceira vez consecutiva uma série B, algo inadmissível para o torcedor esmeraldino. Inadmissível também para a imprensa nacional, que tinha no futebol goiano o Goiás como representante cativo na série A do futebol brasileiro.

A reação que a torcida exige passa primeiro pela conquista do campeonato goiano, antes desprezado pela diretoria esmeraldina, agora uma necessidade urgente e inegociável. Até o ano passado, o Vila Nova era o time da capital com maior jejum de títulos estaduais. Ao ser campeão goiano, inter-

rompeu um longo período de 19 anos sem vencer a competição. A partir da conquista do Tigre, o Goiás fica com a incômoda situação de ser o time com mais tempo sem vencer a competição. Já são sete anos sem ser campeão goiano. A torcida esmeraldina não admite mais um ano sem levantar a Taça, mas o clube, entre os grandes de Goiânia, é o que menos reforços contratou.

Será que o Goiás está pronto para ser campeão? Em 2021, quando assumiu a presidência da agremiação alviverde, Paulo Rogério Pinheiro, juntamente com seu primo Edminho Pinheiro, então presidente do Conselho Deliberativo, declararam desprezo total ao campeonato goiano. Disseram, na época, que o Goiás não tinha o menor interesse em ser campeão goiano. Em



Torcida do Goiás quer "tirar o grito de campeão da garganta"

2022, Paulo Rogério ameaçou jogar o troféu de campeão estadual no lixo, caso conquistasse o título. Hoje, o Goiás paga caro por essas declarações. Ser campeão goiano é de fundamental importância, uma exigência de dirigentes, comissão técnica, jogadores e, principalmente, dos torcedores.

Desconfiança - Ao mesmo tempo em que exige o título estadual e o acesso à série A, o torcedor esmeraldino ainda não tem muita confiança na estrutura que foi montada para o início da temporada. A impressão que fica

é que o diretor de futebol Michel Alves e o técnico Daniel Paulista têm um cenário muito limitado no futebol brasileiro para buscar reforços para o Goiás. O universo desses profissionais parece limitado ao CRB de Alagoas e ao Novorizontino, onde já trabalharam, mas apenas nesses dois clubes, não dá para fazer um grande time, mesmo porque, o CRB, principalmente, jamais disputou uma série A e disputa um campeonato regional inferior tecnicamente ao nosso estadual.

Mais uma temporada sem camisa 10?

O último meia de armação, o tradicional camisa 10, que jogou pelo Goiás foi Elvis, entre 2021 e 2022. Elvis era titular do Goiás, mas pediu rescisão de contrato para vestir a camisa da Ponte Preta. Depois de Elvis, o clube esmeraldino não encontrou mais um jogador para fazer a transição das jogadas entre a defesa e o ataque, o clássico meia de armação, cada dia mais raro no futebol brasileiro. Coincidentemente, foi com Elvis no elenco que o Goiás conseguiu seu último acesso para a série A do campeonato brasileiro em 2021.

Nos últimos dois anos, o Goiás passou perto do acesso, mas ficou no

"quase". Talvez tenha faltado justamente esta peça, considerada fundamental em qualquer equipe de futebol. Em 2025, os treinadores que passaram pelo alviverde tiveram que improvisar na posição, fizeram várias tentativas para encontrar um atleta que pudesse exercer esta função, mas ninguém resolveu o problema. O volante Rafael Gava foi quem mais jogou na posição, mas nunca foi o camisa 10 que o Goiás precisava. Gava foi desligado do Goiás no final da última temporada.

A diretoria esmeraldina bem que tentou, mas vai iniciar a temporada mais uma vez sem o meia de armação que o elenco precisa. Tentou a

contratação de Gabriel Bosquilha, do Operário-PR, mas não conseguiu por conta dos altos valores pedidos pelo time paranaense para liberar o craque. Por último, investiu na contratação de Matheus Frizzo, que pertence ao Tombense e estava emprestado ao Novorizontino, sem desfecho feliz na negociação.

O técnico Daniel Paulista terá que improvisar na posição. Têm Lourenço, que já defendeu o Vila Nova, jogador que faz o papel de segundo homem do meio de campo, e Gegê, contratado junto ao CRB, mas que também é considerado um segundo volante, não um meia de armação. O Goiás fez poucas contra-



Elvis, o último camisa 10 que vestiu a camisa do Goiás

tações para o início da temporada. Foi o clube que menos contratou na capital. Vai começar o campeonato goiano carente de um meia de armação e um centroavante para disputar a posição com Anselmo Ramon.



Somente mulheres e crianças no estádio da Serrinha

Transmissão do campeonato

A Federação Goiana de Futebol (FGF) definiu as transmissões da primeira rodada do campeonato de 2026. A TV Brasil Central (TBC), TV Alego, a FGF TV e também o Canal Goat, no You Tube, transmitem os jogos da competição. Os jogos da primeira rodada têm programação de transmissão definida. Atlético Goianiense x Anápolis, no sábado as 16:00 hs, no estádio Antônio Accioly, será transmitido pela Rede Record e canal Goat. No mesmo horário, jogam Abecat x Vila Nova, com exibição pela TBC. Mais tarde, a Jataiense recebe o Crac,

também com transmissão da TBC.

No domingo, Anapolina e Inhumas se enfrentam no estádio Jonas Duarte, com transmissão da TV Brasil Central, Centro Oeste e Aparecidense jogam em Nerópolis, jogo transmitido pela FGF TV e por último, Goiás x Goiatuba jogam na Serrinha com exibição da TBC. O jogo do Goiás com o Goiatuba, que seria realizado sem a presença de público, agora terá a torcida feminina que poderá levar crianças para torcer pelo time esmeraldino. Menos mal.

- ✓ Ainda sem confirmação oficial, o zagueiro Lucas Ribeiro, titular da defesa esmeraldina, está sendo emprestado a um clube chinês, cujo nome não foi revelado. Com a iminente saída do jogador, o Goiás deve ir ao mercado para contratar um substituto.

- ✓ Fábio Alemão, do CRB, está no radar do Goiás para ser o substituto de Lucas Ribeiro, que deverá ser emprestado para o futebol da China. Fábio Alemão é um jogador experiente, que já trabalhou com o técnico Daniel Paulista.

- ✓ O Goiás tem buscado no CRB muitos jogadores para reforçar seu elenco. De lá o alviverde contratou o centroavante Anselmo Ramon, o meia

- Gegê e agora tenta o zagueiro Fábio Alemão. A pergunta que fica é: o futebol alagoano é referência para reforçar os clubes goianos?

- ✓ A Copa do Brasil de 2026, que terá 126 clubes, 34 a mais do que a edição anterior, deve começar no dia 18 de fevereiro e terminar em 6 de dezembro. É a competição mais atrativa do calendário nacional, em termos de distribuição de premiações.

- ✓ O atacante Bruno Sávio quer marcar sua passagem pelo Goiás marcando muitos gols nas competições regionais e nacionais. Nos últimos cinco anos, o jogador esteve fora do País, jogando pelo Bolívar.



- ✓ O atacante Kevin Ramirez, de 31 anos, é a esperança de gols no Atlético para 2026. O jogador estava no Amazonas, onde marcou dez gols no campeonato brasileiro da série B em 2025.

ESCOLA

PRIMEIRA INFÂNCIA

Lei reconhece professores da educação infantil como parte do magistério e garante piso nacional

Altemar Alcantara/Secom



Sancionada sem vetos, Lei 15.326 garante piso salarial a professores da educação infantil e destaca a importância da primeira infância para os resultados educacionais

Medida sancionada sem vetos reposiciona a primeira infância na política educacional e dialoga com desafios históricos da educação básica

Dhayane Marques

A educação infantil passa a ocupar, oficialmente, o lugar que há décadas reivindica no sistema educacional brasileiro. Com a sanção da Lei nº 15.326, publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (7), professores que atuam em creches e pré-escolas passam a ser reconhecidos como profissionais da carreira do magistério, com direito ao piso salarial nacional e ao enquadramento em planos de carreira.

A norma foi sancionada sem vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e altera a Lei do Piso do Magistério (Lei nº 11.738/2008) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394/1996). O texto corrige uma lacuna histórica ao assegurar direitos estruturais a profissionais que atuam com crianças de zero a cinco anos, etapa considerada decisiva para o desenvolvimento cognitivo,

social e emocional.

A lei teve origem no Projeto de Lei nº 2.387/2023, de autoria da deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), e foi aprovada no Senado em dezembro de 2025. Uma das relatoras da matéria, a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), classificou a medida como um marco de reparação institucional. “É um resgate histórico. O projeto trata de justiça”, afirmou a parlamentar durante a votação em plenário.

QUEM PASSA A SER RECONHECIDO COMO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com a nova legislação, são considerados professores da educação infantil os profissionais que exercem docência direta ou funções de suporte pedagógico, desde que aprovados em concurso público, independentemente da nomenclatura do cargo. A lei exige formação mínima em nível médio, na modalidade magistério, ou curso superior.

Com isso, a educação infantil

deixa de ser tratada como um campo periférico da educação básica e passa a integrar, de forma explícita, a estrutura do magistério público. O reconhecimento institucional reforça o entendimento de que cuidar, brincar e educar constituem um mesmo projeto pedagógico, e não etapas dissociadas.

REGULAMENTAÇÃO DEFINE O PRÓXIMO CAPÍTULO

Apesar do avanço, a Lei 15.326 não é autoaplicável. Estados, municípios e o Distrito Federal precisam regulamentar a norma para efetivar o enquadramento de cargos e funções, em respeito à autonomia federativa prevista na Constituição. Somente após essa regulamentação será possível implementar, de forma concreta, os direitos assegurados pela nova regra.

A expectativa é que 2026 concentre o debate político e técnico sobre essa regulamentação, com impacto direto nas redes municipais, responsáveis pela maior parte da oferta da educação infantil no país.

CORRIDA POR VAGAS

Goiânia e Aparecida abrem quase 50 mil matrículas para 2026

As prefeituras de Goiânia e Aparecida de Goiânia deram a largada no processo de matrículas para estudantes novatos da rede municipal em 2026. Juntas, as duas cidades oferecem quase 50 mil vagas, com foco principal na educação infantil, etapa que historicamente concentra a maior demanda das famílias.

Em Goiânia, a Secretaria Municipal de Educação (SME) iniciou na última semana a solicitação de vagas on-line. As inscrições para escolas municipais começaram na segunda-feira (5), ao meio-dia, enquanto os pedidos para Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) e Centros de Educação Infantil (CEIs) tiveram início na terça-feira (6), também às 12h, exclusivamente pelo site sme.goiania.gov.br.

Ao todo, a capital disponibiliza 36.744 vagas para estudantes novatos em 2026. Desse total, 18.688 são destinadas à Educação Infantil, 10.504 aos anos iniciais do Ensino Fundamental, 6.406 aos anos finais e 1.146 à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A ampliação da oferta inclui a construção de 55 novas salas de aula, o que garante cerca de 1,2 mil vagas inéditas já no início do ano letivo, principalmente para crianças de até 3 anos. A medida faz parte do programa Goiânia Mais Humana e atende à meta da gestão do prefeito Sandro Mabel de reduzir e zerar a fila de espera por vagas em Cmeis.

Segundo o secretário-executivo de Educação, Jaime Ricardo Ferreira, o processo foi reformulado para priorizar famílias em situação de vulnerabilidade. “A determinação é clara: garantir que todas as crianças tenham acesso à educação infantil, começando por quem mais precisa”, afirmou.

A SME esclareceu ainda que, apesar de relatos nas redes sociais, o sistema não chegou a travar no primeiro dia de inscrições. De acordo com a pasta, houve apenas lentidão momentânea, cau-

sada pelo alto volume de acessos simultâneos. Mensagens que indicavam “fila de espera” foram atribuídas a um erro já corrigido. A secretaria reforça que a seleção das vagas não ocorre por ordem de inscrição, mas após análise de critérios sociais e da documentação apresentada.

APARECIDA ABRE INSCRIÇÕES COM QUASE 10 MIL VAGAS

Em Aparecida de Goiânia, o período de matrículas para novos alunos teve início em dezembro de 2025, por meio do site aparecida.go.gov.br. A rede municipal oferece 9.690 vagas para 2026, sendo 7.091 na Educação Infantil e 2.593 no Ensino Fundamental, que atende do 1º ao 7º ano.

Crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses podem concorrer às vagas em creche, enquanto a pré-escola contempla alunos de 4 e 5 anos. Famílias que realizaram o cadastro em agosto de 2025 não precisam se inscrever novamente e devem aguardar o contato da Secretaria de Educação. A lista de crianças contempladas no cadastro anterior está disponível no site gemul-aparecida.com.br/matricula.

A secretária municipal de Educação, professora Núbia Farias, destacou os investimentos realizados ao longo de 2025. “Climatizamos salas, reformamos unidades e, em 2026, vamos entregar uniformes e kits escolares de qualidade. Tudo para garantir um ambiente adequado e melhorar os índices de alfabetização”, afirmou.

Ela também informou que as Escolas Municipais de Educação Integral (EMEI) terão vagas disponibilizadas em livre concorrência no sistema on-line.

Com ampliação de estruturas, novos critérios de acesso e foco na educação infantil, Goiânia e Aparecida entram em 2026 tentando resolver um velho gargalo: vaga na escola perto de casa e no tempo certo da infância. Educação básica, afinal, não espera.

Educação básica avança no acesso, mas enfrenta gargalos na aprendizagem

Os dados mais recentes do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025 ajudam a dimensionar a relevância da nova lei. Em Goiás, por exemplo, a educação básica contabilizou, em 2024, 4.718 escolas, 63.215 professores e mais de 1,5 milhão de matrículas. A educação infantil respondeu por 2.870 escolas, 16.905 docentes e 285.341 matrículas, com predominância da rede municipal, que concentra 75,4% do atendimento.

O acesso à pré-escola apresenta índices elevados: 93 em

cada 100 crianças ingressam nessa etapa. No entanto, os desafios se acumulam ao longo da trajetória escolar. Apenas 47,1% dos estudantes do 5º ano alcançam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e Matemática. No 9º ano, esse percentual cai para 23,3%, e, no ensino médio, chega a apenas 9,9% ao final da etapa.

Especialistas apontam a qualidade da educação infantil como fator determinante para reverter esse cenário. A valorização dos professores

que atuam na primeira infância aparece, portanto, como elemento estratégico para fortalecer toda a educação básica, reduzir desigualdades e garantir trajetórias escolares mais consistentes.

Ao reconhecer esses profissionais como parte do magistério, a Lei 15.326 não apenas assegura direitos trabalhistas, mas reafirma uma premissa essencial: o futuro da educação começa antes do primeiro caderno — e passa, necessariamente, pelo professor da educação infantil.